

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

A política é um tema muito amplo e permite uma pluralidade de perspectivas que podem canalizar os debates e as conclusões para finalidades muito diferentes das debatidas nesta pesquisa. Tínhamos ciência, desde o início, que a busca por um viés analítico era condição necessária para não divagarmos e cairmos em inúmeras armadilhas da superficialidade teórica, ou seja, propormo-nos a analisar tudo e nada fazermos de forma suficientemente razoável para contribuir ao debate de um tema que jamais sairá da moda, porque trata da relação de coexistência, da relação entre os homens.

Optamos, então, por voltar à Grécia antiga. Foi lá, e sem controvérsias em relação ao local de nascimento, que a política deu seus primeiros passos na forma e na dinâmica que conhecemos hoje. Aproximadamente dois milênios e meio nos separam dessa época e, por cognição sumária e mera analogia aos avanços em todas as áreas que ocorreram nesse extenso período, poderíamos dizer que a política na Grécia antiga não passava de um conto, uma história, uma curiosidade sobre como viviam nossos antigos ancestrais. Ledo engano!

Ao tomarmos contato com a história da Grécia antiga, encontramos a prodigiosidade de um povo. Em um primeiro momento, lançaram mão da criação de deuses e mitos que explicavam os porquês dos acontecimentos do mundo físico. Em um segundo e decisivo momento, abdicaram da mitologia para encontrar os motivos por meio de razão. O *logos* passou a ser o elemento que subsidiou os debates e a preocupação com a natureza deu lugar às indagações sobre o papel do homem no mundo. Paralelamente, o surgimento das *poleis* incitou o debate sobre como resolver os embates que acontecem do contato humano, especialmente quando se compartilha a mesma região geográfica e os recursos dela advindos.

A partir desse contato e dos inevitáveis conflitos, a política começou a ganhar seus principais contornos. O que hoje nos parece óbvio foi o desafio do grego antigo: como

resolver as discórdias inerentes à coexistência sem o uso da força? A genialidade emergiu dessa indagação. Não tinham modelos a seguir e, diante desse problema, inventaram a política como resposta; fizeram dela a ciência do discurso. Seria no e pelo discurso que as soluções seriam encenadas e, com isso, as primeiras instituições democráticas foram criadas, como assembleias e tribunais, que são nada mais do que os poderes legislativo e judiciários, que temos na atualidade.

Diante desse entendimento, propusemo-nos a estudar os dois principais pensadores políticos dessa época: Platão e Aristóteles. O primeiro, diante da degenerescência que a política vivia em sua época, do comércio do discurso pelas mãos e bocas dos sofistas, idealizou uma sistemática política. Dizia ser impossível alcançar qualquer tipo de verdade no mundo sensível, que não passava de cópia de seus objetos no mundo das ideias. Esse mundo, o das ideias, o inteligível, sim, era o lugar onde seria possível dar conta do substancial, concreto, verdadeiro e isento de dúvidas. Embora idealizado e utópico como resposta aos problemas de sua época, Platão trouxe as questões certas: a política é coisa pública, é voltada à cidade, ao interesse de todos e sua administração precisa estar nas mãos de pessoas preparadas. Aristóteles, por sua vez, considerou a investida de Platão mais problemática do que solucionadora. Para o estagirita, nada era possível chegar ao intelecto se não passasse pelo sensível. Seria pelo sensível que o intelecto teria o seu espanto, a mola propulsora das questões que poderiam apresentar as respostas aceitáveis. No entanto, embora discordasse de seu mestre em relação ao mundo das ideias, pactuava do conceito de que a política era assunto coletivo, dizia respeito à cidade e à felicidade que dela poderia surgir e contagiar seus membros, a *eudaimonia*. Para isso, entendia o caminho de meio como a virtude necessária. Não haveria necessidade de criar outro mundo. As respostas às questões estavam, ambas, no mesmo plano.

A partir da Grécia antiga, todo pensamento sobre a política foi realizado por meio de releituras de Platão e Aristóteles, seja para concordar ou discordar. Na era medieval, Santo Agostinho e São Tomás de Aquino fizeram, respectivamente, releitura de Platão e Aristóteles e deram sequência às teorias com o objetivo de chegar ao plano divino, ao mundo celestial. Não havia nenhuma proposta renovadora sobre a política cidadina. Na era moderna, os pensadores tentaram subverter as premissas gregas, mais pelo fato de terem de lidar com um sem-fim de conflitos advindos da segregação do poder na era medieval. Em um primeiro momento, houve a subversão do *ethos* cultivado pelos pensadores gregos para, em um segundo momento, verem-se obrigados a repensá-los. A centralização do poder na era medieval não contribuiu para a felicidade almejada pela cidade. Por fim, os pensadores contemporâneos resgataram os ideais gregos e os adaptaram a um contexto demográfico mais elevado. Não era mais possível a política ser definida no e pelo discurso por todo cidadão de uma cidade. Em resumo, a política é um produto da Grécia antiga e, em sua essência, mantém as características: é o palco onde se encenam as soluções relacionadas aos problemas de coexistência, que existiram, existem e existirão e, também por isso, contribuem para perpetuação do modelo inicial.

Por manter seus ideais iniciais, propusemo-nos a investigar e a responder duas perguntas: a) se governantes e governados mantiveram um padrão na relação

comunicativa em todo o período estudado; e b) se os governantes fizeram uso das paixões, especialmente o medo e a esperança, como estratégia para a persuasão.

Para encontrar as respostas, esquematizamos a pesquisa em três grandes partes. A primeira intencionou contextualizar. Construímos o primeiro capítulo para ler, entender e analisar as ideias políticas de cada época para encontrar um padrão na comunicação entre governantes e governados. A segunda objetou trazer os conceitos teóricos que subsidiariam as análises. A terceira foi a análise de um *corpus* que materializou os discursos que possibilitaram evidenciar as respostas às perguntas elaboradas, em três categorias de análise.

A primeira categoria se ateve a verificar se os discursos políticos eram condizentes com os pensamentos dos filósofos de suas respectivas épocas e concluímos que houve correlação entre eles, isto é, o debate sobre a política estava às voltas com as mesmas práticas políticas de suas épocas. Platão e Aristóteles se preocupavam com a ética na política e os discursos de Sólon de Atenas e Demóstenes circundaram o assunto. Santo Agostinho e São Tomás de Aquino se ocuparam em dar razões à fé para conceder superioridade à existência e à vontade de Deus e os papas afirmaram essa superioridade em seus discursos. Maquiavel, os contratualistas, os liberais e Kant debateram a necessidade da centralização do poder e as mazelas advindas dessa centralização. Vimos nos discursos dos reis que a centralização do poder, seja para tomar decisões em nome dos governados, seja de forma tirana, estavam presentes em seus conteúdos. Hegel, Marx, Arendt e Habermas resgataram alguns ideais da democracia grega e os discursos dos presidentes Prudente de Moraes, Getúlio Vargas e Fernando Henrique Cardoso enfatizaram o bem-estar, à moda da *eudaimonia* grega. A exceção a essa correlação foi encontrada nos governantes que exerceram suas administrações pautadas em suas vontades pessoais, como Alexandre Magno e o Rei Luís XIV.

A segunda categoria estava centrada em nossa perspectiva de atemporalidade: poucos que falam para muitos. Essa categoria ficou bem evidente ao longo das análises de todo o período, pois não houve mudança significativa desse aspecto em nenhuma das configurações políticas. Do governante mais democrático ao mais tirano, encontramos discursos proferidos na primeira pessoa do singular ou na primeira pessoa do plural com intenção de somente justificar a decisão tomada. Ansiamos por encontrar uma ruptura desse modelo em contextos mais democráticos, mas, ainda que os discursos aderentes a esses contextos se preocupavam em dar razões às ações, não foram proferidos para convidar os governados à discussão, antes de decidir quais opções poderiam ser colocadas em debate.

A terceira categoria se encarregou de verificar se as estratégias argumentativas dos governantes lançaram mão das paixões, especialmente o medo e a esperança. Pudemos constatar que ambos estiveram presentes nos discursos. Ora sobressaía o medo, ora a esperança, ora a esperança como antídoto para o medo. A vida em sociedade sempre trouxe problemas de coexistência e o medo de soluções violentas e a esperança de soluções mais brandas fizeram parte da história política.

É importante ressaltar que todas as nossas constatações podem ser indicadas como tendência. Seria impraticável, para não dizer impossível, fazer uma pesquisa que considerasse todos os discursos políticos da história com o objetivo de transformar a tendência em certeza. O motivo de buscarmos discursos de épocas tão distantes e viajar na linha do tempo tinha o intento de verificar continuidade ou ruptura.

Com todo o exposto, foi possível concluir que os discursos, independentemente do grau de liberdade política, carregam a característica de materializar o lugar em que o poder é sempre exercido por poucos, os governantes, que administram a vida pública e ditam as regras à maioria, os governados, ou seja, a nossa perspectiva de atemporalidade. Foi possível concluir, também, que o medo e a esperança perpassaram todos os discursos, dos democráticos aos tiranos, e evidenciam que as estratégias argumentativas apelaram às paixões para conseguir adesão fora do campo racional. Ora pela incitação ao medo, ora por oferecer esperança e ora por oferecer a esperança como antídoto ao medo.

Feitas as considerações finais, gostaríamos de ressaltar que, diante da constatação de que os discursos políticos se valem das paixões para incitar seu auditório, por meio do medo ou esperança ou de ambas, para encontrar adesão fora do campo racional, abre-se espaço para um grande debate sobre como trazer a razão à baila das discussões da coexistência e fazer emergir propostas de soluções mais racionais, dentro do contexto e das possibilidades atuais, sem que os governados se percam em um emaranhado de termos que não significam muita coisa por si só, mas costumam ser usados como munição para agredir os opositores e nada trazem de valor à sociedade brasileira.